

PORTAL FLÁVIA BAHIA

DIREITO ADMINISTRATIVO – MATHEUS CARVALHO

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

PRINCÍPIOS DO DIREITO ADMINISTRATIVO

1. Definição
 - 1.1. Princípios e regras
 - 1.1.1. Princípio da Supremacia do Interesse Público sobre o Privado
 - 1.1.2. Princípio da Indisponibilidade do Interesse Público
2. Princípios de Direito Administrativo
 - 2.1. Princípio da Legalidade
 - 2.2. Princípio da Impessoalidade
 - 2.2.1. Princípio da intranscendência
 - 2.3. Princípio da Moralidade
 - 2.4. Princípio da Publicidade
 - 2.5. Princípio da Eficiência
 - 2.6. Princípios do Contraditório e da Ampla defesa
 - 2.7. Princípio da Continuidade
 - 2.8. Princípio da Autotutela
 - 2.9. Princípio da Razoabilidade
 - 2.10. Princípio da Proporcionalidade
 - 2.11. Princípio da Motivação
 - 2.12. Isonomia
 - 2.13. Finalidade
 - 2.14. Especialidade
 - 2.15. Segurança jurídica
 - 2.16. Presunção de legitimidade e de veracidade das condutas estatais
3. Dever de observância dos princípios

PODERES ADMINISTRATIVOS

1. Introdução
 - 1.1. Uso e abuso de poder
2. Discricionariedade e vinculação
 - 2.1. Poder Vinculado
 - 2.2. Poder Discricionário
3. Controle judicial da atividade administrativa discricionária
4. Poderes administrativos
 - 4.1. Poder Normativo ou Poder Regulamentar
 - 4.1.1. Regulamentos
 - 4.1.2. Espécies de Regulamentos
 - 4.1.3. Consulta pública

- 4.2. Poder Hierárquico
- 4.3. Poder Disciplinar
- 4.4. Poder de Polícia
 - 4.4.1. Polícia administrativa X Polícia judiciária
 - 4.4.2. Discricionariedade e vinculação dos atos de polícia
 - 4.4.3. Natureza dos atos de polícia
 - 4.4.4. Delegação dos atos de Polícia; ciclos de Polícia e delegação
 - 4.4.5. Atributos do Poder de Polícia
 - 4.4.6. Prescrição das sanções de polícia
 - 4.4.7. Atos de polícia previstos na lei 13.979/20 (situação de pandemia de COVID-19)

ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

- 1. Introdução
 - 1.1. Princípios inerentes à organização administrativa
- 2. Prestação da atividade pública
 - 2.1. Descentralização X Desconcentração
 - 2.2. Espécies de descentralização
- 3. Administração direta
 - 3.1. Órgãos públicos
 - 3.1.1. Classificação de órgãos
 - 3.1.2. Teorias da manifestação de vontade do órgão
 - 3.1.3. Teoria da institucionalização
- 4. Administração Indireta
 - 4.1. Entes da Administração Indireta
- 5. Autarquias
 - 5.1. Regime jurídico aplicável às autarquias
 - 5.2. Autarquias profissionais
 - 5.3. Autarquias territoriais
 - 5.4. Autarquias em regime especial
 - 5.5. Agências Executivas
- 6. Fundações Públicas
 - 6.1. Natureza jurídica
 - 6.1.1. Fundação Pública de Direito Privado
 - 6.1.2. Fundação Pública de Direito Público
- 7. Empresas estatais
 - 7.1. Finalidades das empresas estatais
 - 7.2. Regime Jurídico das empresas estatais
 - 7.3. Empresas subsidiárias das empresas estatais e empresas controladas
 - 7.4. Estrutura das Empresas Estatais

RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO

1. Fundamento da responsabilidade
2. Histórico: evolução da responsabilidade civil do Estado
3. Responsabilidade Civil do Estado na CFRB/88
 - 3.1. Agentes da responsabilidade civil
 - 3.2. Responsabilidade Objetiva
 - 3.2.1. Teorias da responsabilidade civil do Estado
 - 3.3. Responsabilidade por omissão do Estado
 - 3.3.1. A Responsabilidade por Omissão e Teoria do Risco Criado (Risco Suscitado)
 - 3.4. Indenização
 - 3.5. Excludentes de responsabilidade do Estado
 - 3.6. Responsabilidade do Agente Público
 - 3.6.1. Denunciaçāo à lide do Agente Público
 - 3.6.2. Dolo e erro grosseiro
 - 3.7. Prazo prescricional
 - 3.8. Responsabilidade por obra pública
 - 3.9. Responsabilidade pré-contratual
 - 3.10. Responsabilidade por erro médico em clínicas credenciadas
4. Responsabilidade por atos legislativos
 - 4.1. Leis de efeitos concretos
 - 4.2. Leis em sentido formal e material
5. Responsabilidade por atos jurisdicionais
6. Responsabilidade das pessoas jurídicas por atos praticados contra o Poder Público (lei anticorrupção)
 - 6.1. Responsabilidade administrativa
 - 6.2. Processo administrativo
 - 6.3. Responsabilidade judicial

AGENTES PÚBLICOS

1. Conceito
2. Classificação de agentes
 - 2.1. Agentes Políticos
 - 2.2. Particulares em colaboração com o poder público
 - 2.3. Servidores estatais
 - 2.3.1. Servidores temporários
 - 2.3.2. Regime jurídico dos servidores efetivos
 - 2.3.3. Servidores celetistas
 - 2.3.4. Servidores estatutários
3. Cargo público, emprego público e função pública
 - 3.1. Emprego público
 - 3.2. Cargo Público
 - 3.2.1. Classificação de cargos
 - 3.3. Função Pública

4. Requisitos de ingresso no serviço público
 - 4.1. Ampla acessibilidade
 - 4.2. Concurso público
 - 4.2.1. Exceções ao concurso público
 - 4.2.2. Regras definidas pelo edital
 - 4.2.3. Realização de novo concurso na vigência do certame anterior
 - 4.2.4. Direito subjetivo à nomeação; Cadastro de reserva
 - 4.2.5. Cláusula de barreira
 - 4.3. Nacionalidade brasileira
 - 4.4. O gozo dos direitos políticos
 - 4.5. A quitação com as obrigações militares e eleitorais
 - 4.6. O nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo
 - 4.7. Aptidão física e mental para o exercício das funções do cargo
 - 4.7.1. Portadores de necessidades especiais
 - 4.7.2. Limite de idade
 - 4.7.3. Exame psicotécnico
 - 4.8. Atividade jurídica
 - 4.9. Vedações ao nepotismo
 - 4.10. Vagas reservadas para negros e pardos
 - 4.11. Terceirização de atividade pública
5. Estabilidade
 - 5.1. Conceito e evolução constitucional
 - 5.2. Empregos públicos
 - 5.3. Dispensa do servidor estável
 - 5.4. Estabilidade x Estágio probatório
 - 5.5. Vitaliciedade
6. Direito de greve do servidor público
7. Provimento
 - 7.1. Provimento Originário
 - 7.2. Provimento Derivado
 - 7.2.1. Provimento derivado vertical
 - 7.2.2. Provimento derivado horizontal
 - 7.2.3. Provimento derivado por reingresso
8. Vacância
9. Acumulação de Cargos
 - 9.1. Acumulação de cargos na carreira militar
10. Deslocamento
 - 10.1. Remoção
 - 10.2. Redistribuição
11. Remuneração do Servidor Público
 - 11.1. Irredutibilidade de Remuneração
 - 11.2. Salário Mínimo
 - 11.3. Pagamento em atraso
 - 11.4. Vinculação e equiparação de remunerações
 - 11.5. Subsídios
 - 11.6. Teto remuneratório
 - 11.7. Desconto na remuneração do servidor público
 - 11.8. Honorários Advocatícios dos Advogados Públícos

12. Vantagens
 - 12.1. Indenização
 - 12.2. Gratificações
 - 12.3. Adicionais
13. Férias
14. Licenças
15. Afastamentos
 - 15.1. Afastamento para o exercício de mandato eletivo
 - 15.2. Afastamento para Servir a Outro Órgão ou Entidade
 - 15.3. Afastamento para Estudo ou Missão no Exterior
 - 15.4. Afastamento para Participação em Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* no Brasil
16. Concessões
17. Regime Disciplinar
 - 17.1. Responsabilidade do servidor público
18. Infrações e Sanções administrativas
 - 18.1. Demissão
 - 18.2. Cassação de aposentadoria e cassação de disponibilidade
 - 18.3. Suspensão
 - 18.4. Destituição de cargo em comissão e destituição de função de confiança
 - 18.5. Advertência
 - 18.6. Prescrição
 - 18.7. Registro da Penalidade
 - 18.8. Competência para aplicação da Penalidade
19. Processo Administrativo Disciplinar
 - 19.1. Sindicância
 - 19.2. Processo administrativo disciplinar propriamente dito (PAD)
 - 19.3. Fases do Processo Administrativo Disciplinar
 - 19.4. Recurso e Pedido de reconsideração
 - 19.5. Revisão
20. Processo sumário
21. Aposentadoria do Servidor Público
 - 21.1. Regimes de Previdência
 - 21.2. Regime Próprio de Previdência Social (RPPS)
 - 21.3. Natureza jurídica do ato de aposentadoria
 - 21.4. Acumulação de aposentadoria
22. Demais benefícios da seguridade social do servidor
 - 22.1. Benefícios dos segurados
 - 22.2. Benefícios dos dependentes

LICITAÇÕES

1. Conceito
2. Competência para legislar
3. Finalidades do procedimento licitatório

4. Princípios norteadores da licitação
 - 4.1. Princípio da Vinculação ao Edital
 - 4.2. Princípio do Julgamento Objetivo
 - 4.3. Princípio do Sigilo das Propostas
 - 4.4. Princípio da competitividade
 - 4.5. Princípio da Economicidade
 - 4.6. Princípio da isonomia
 - 4.7. Princípio da segregação de funções
 - 4.8. Princípio da segurança jurídica
 - 4.9. Princípio do planejamento
5. Tipos de Licitação
6. Desempate na licitação
7. Quem deve licitar
8. Intervalo mínimo
9. Agentes da licitação
10. Plano de contratação anual
11. Alterações do plano
12. Modalidades Licitatórias
 - 12.1. Concorrência
 - 12.2. Concurso
 - 12.3. Leilão
 - 12.4. Pregão
 - 12.5. Diálogo competitivo
13. Licitação para registro de preços
 - 13.1. Prorrogação da ata de registro de preços
 - 13.2. Reajuste e reequilíbrio da ata de registro de preços
 - 13.3. Ata de registro de preços mediante dispensa de licitação
14. Procedimentos licitatórios
 - 14.1. Procedimento comum (concorrência e pregão)
 - 14.1.1. Fase preparatória
 - 14.2. Fase externa
 - 14.2.1. Divulgação do edital de licitação
 - 14.2.2. Apresentação de propostas e lances
 - 14.2.3. Julgamento
 - 14.2.4. Habilitação
 - 14.2.5. Recurso
 - 14.2.6. Encerramento
 - 14.3. Procedimento do Diálogo Competitivo
15. Licitação internacional
16. Licitações de grande vulto
17. Tratamento diferenciado para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte
18. Dispensa e Inexigibilidade da licitação
 - 18.1. Inexigibilidade de licitação
 - 18.2. Dispensa de licitação
 - 18.3. Dispensa para alienação de bens de licitação

CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

1. Introdução
2. Conceito
3. Competência legislativa
4. Características dos contratos administrativos
 - 4.1. Formalismo
5. Garantia
 - 5.1. Cláusula de retomada
6. Cláusulas exorbitantes / prerrogativas da administração
 - 6.1. Alteração unilateral do contrato
 - 6.2. Rescisão unilateral do contrato
 - 6.3. Fiscalização da execução do contrato
 - 6.4. Ocupação temporária de bens
 - 6.5. Aplicação de penalidades
7. Alteração contratual por vontade das partes
8. Equilíbrio econômico-financeiro do contrato
 - 8.1. Pagamentos feitos ao particular
9. Teoria da imprevisão
10. Alocação de riscos
11. Subcontratação nos contratos da administração
12. Duração
 - 12.1. Exceções à vigência máxima de um ano
13. Responsabilidades decorrentes do contrato
14. Recebimento do objeto contratual
15. Formas de extinção do contrato administrativo
16. Da solução alternativa de controvérsias
17. Planos de contratação anual
18. Portal nacional de contratações públicas (PNCP)
19. Disposições penais da Lei 14.133/2021
20. Dos contratos administrativos em espécie
21. Convênios e contratos de repasse com o poder público
 - 21.1. Vedações para celebração de convênios
 - 21.2. Plano de trabalho
 - 21.3. Cláusulas necessárias do convênio
 - 21.4. Prestação de contas
22. Consórcios Públicos
23. Fundos patrimoniais
24. Licitações e contratos das empresas estatais
 - 24.1. Dispensa e inexigibilidade
 - 24.2. Modalidade e regras aplicáveis
 - 24.3. Tipos de licitação e intervalo mínimo
 - 24.4. Procedimento da licitação
 - 24.5. Pré-qualificação permanente
 - 24.6. Cadastramento
 - 24.7. Registro de preços

- 24.8. Prazos de implementação
- 24.9. Contratos firmados com as empresas estatais
- 24.10. Sanções
- 24.11. Subcontratação
- 24.12. Contratação integrada e contratação semi-integrada
- 24.13. Controle do Tribunal de Contas X autonomia gerencial da empresa
- 25. Programas de parcerias de investimentos - PPI
 - 25.1. Relicitação
- 26. Responsabilidade do agente por ato praticado com base em parecer jurídico
- 27. Licenciamento ambiental e desapropriação

ATOS ADMINISTRATIVOS

- 1. Atos jurídicos
- 2. Atos administrativos X Atos da administração
- 3. Ato administrativo
 - 3.1. Conceito
 - 3.2. Atos vinculados e Atos discricionários
- 4. Elementos ou requisitos do ato administrativo
 - 4.1. Competência
 - 4.1.1. Características da competência administrativa
 - 4.2. Finalidade
 - 4.3. Forma
 - 4.3.1. Silêncio Administrativo
 - 4.3.2. Vício no elemento forma
 - 4.4. Motivo
 - 4.4.1. Motivo e motivação
 - 4.5. Objeto
 - 4.6. Elementos discricionários e vinculados
- 6. Atributos do ato administrativo
 - 6.1. Presunção de veracidade
 - 6.2. Presunção de legitimidade
 - 6.3. Imperatividade
 - 6.4. Exigibilidade
 - 6.5. Executoriedade ou autoexecutoriedade
 - 6.6. Tipicidade
- 7. Fases de constituição do ato administrativo
 - 7.1. A perfeição
 - 7.2. A validade
 - 7.3. A eficácia
 - 7.3.1. Elementos acidentais do ato administrativo
 - 7.4. Atos após a formação
- 8. Classificação dos atos administrativos
 - 8.1. Quanto ao grau de liberdade, os atos se dividem em vinculados e discricionários

- 8.2. Quanto à formação, os atos administrativos podem ser divididos em simples, complexos ou compostos
- 8.3. Quanto aos destinatários, os atos podem ser gerais ou individuais
- 8.4. Quanto ao objeto, os atos administrativos podem ser atos de império, de expediente ou atos de gestão
- 8.5. Quanto à estrutura, os atos podem ser concretos ou abstratos
- 8.6. Quanto aos efeitos, os atos se dividem em constitutivos e declaratórios
- 8.7. Quanto aos resultados na esfera jurídica os atos podem ser ampliativos ou restritivos
- 8.8. Quanto ao seu alcance, os atos administrativos podem ser internos ou externos
9. Espécies de atos administrativos
 - 9.1. Atos normativos
 - 9.2. Atos ordinatórios
 - 9.3. Atos negociais
 - 9.4. Atos enunciativos
 - 9.5. Atos punitivos
10. Extinção dos atos administrativos
 - 10.1. Extinção natural
 - 10.2. Renúncia
 - 10.3. Desaparecimento da pessoa ou coisa sobre a qual o ato recai
 - 10.4. Retirada
 - 10.4.1. Anulação
 - 10.4.2. Revogação
 - 10.4.3. Cassação
 - 10.4.4. Caducidade
 - 10.4.5. Contraposição (derrubada)

INTERVENÇÃO DO ESTADO NA PROPRIEDADE

1. Direito de Propriedade
2. Intervenção do Estado na propriedade: fundamentos constitucionais
3. Modalidades de intervenção
4. Desapropriação
 - 4.1. Objeto da desapropriação
 - 4.2. Pressupostos da desapropriação
 - 4.2.1. Desapropriação Comum
 - 4.2.2. Desapropriação especial urbana
 - 4.2.3. Desapropriação Especial Rural
 - 4.2.4. Desapropriação Confisco
 - 4.3. Procedimento da Desapropriação
 - 4.3.1. Competência para desapropriar
 - 4.3.2. Fases do Procedimento
 - 4.3.2.1. Fase Declaratória
 - 4.3.2.2. Fase executória
 - 4.3.3. Execução por meio de mediação ou arbitragem

- 4.4. Ação de desapropriação
- 4.5. Correção monetária
- 4.6. Juros compensatórios
- 4.7. Juros moratórios
- 4.8. Honorários advocatícios
- 4.9. Ação de desapropriação rural
- 4.10. Desapropriações diferenciadas
 - 4.10.1. Desapropriação privada
 - 4.10.2. Desapropriação indireta
- 4.11. Situações específicas na desapropriação
 - 4.11.1. Direito de extensão
 - 4.11.2. Tredestinação e Retrocessão
- 4.12. Desapropriação por zona
- 4.13. Desapropriação de domínio útil
- 5. Intervenções restritivas na propriedade privada
 - 5.1. Limitação administrativa
 - 5.2. Servidão Administrativa
 - 5.2.1. Constituição e extinção da servidão administrativa
 - 5.2.2. Procedimento de instituição da servidão administrativa
 - 5.2.3. Diferenças entre servidão civil e servidão administrativa
 - 5.3. Tombamento
 - 5.3.1. Bens objetos de tombamento
 - 5.3.2. Obrigações decorrentes do tombamento
 - 5.3.3. Indenização
 - 5.3.4. Procedimento
 - 5.3.5. Extinção
 - 5.3.6. Tombamento X Servidão Administrativa
 - 5.4. Requisição administrativa
 - 5.4.1. Características e objeto da requisição
- 5.5. Ocupação temporária

SERVIÇOS PÚBLICOS

- 1. Conceito
- 2. Princípios
 - 2.1. Dever de prestação pelo Estado
 - 2.2. Modicidade
 - 2.3. Atualidade
 - 2.4. Cortesia
 - 2.5. Economicidade
 - 2.6. Generalidade
 - 2.7. Submissão a controle
 - 2.8. Continuidade
 - 2.8.1. Greve de agentes públicos

- 2.8.2. Inadimplemento do usuário do serviço
- 2.8.3. *Exceptio non adimpleti contractus*
- 2.8.4. Ocupação temporária de bens e substituição
- 2.9. Isonomia
- 3. Formas de prestação do serviço público
- 4. Classificação
- 5. Delegação Contratual de Serviços
- 6. Concessão de Serviços Públicos
 - 6.1. Poder concedente
 - 6.1.1. Direitos e obrigações do concedente
 - 6.2. Concessionária
 - 6.3. Usuários do serviço
 - 6.4. Procedimento licitatório
 - 6.4.1. Modalidades licitatórias diferenciadas
 - 6.5. Formalização dos contratos de concessão de serviço público
 - 6.6. Intervenção
 - 6.7. Duração do contrato de concessão
 - 6.8. Arbitragem
 - 6.9. Subconcessão
 - 6.10. Remuneração da concessionária
 - 6.10.1. Assunção do controle da empresa pelos financiadores
 - 6.11. Extinção do contrato de concessão
- 7. Parceria Público-Privada – PPP
 - 7.1. Espécies de Parcerias
 - 7.2. Cláusulas dos contratos de Parceria Público-Privada
 - 7.3. Características específicas das parcerias
 - 7.3.1. Compartilhamento de riscos e de ganhos decorrentes da redução do risco
 - 7.3.2. Financiamento do setor privado
 - 7.3.3. Pluralidade compensatória
 - 7.3.4. Garantias do parceiro público
 - 7.3.5. Diretrizes da lei de PPP
 - 7.3.6. Procedimento licitatório
 - 7.3.7. Sociedade de Propósito Específico
 - 7.3.8. Normas aplicadas no âmbito federal para os contratos de Parcerias Público-Privadas
- 8. Permissão de Serviço Público
- 9. Autorização de serviço público
- 10. Consórcios Públicos

ENTIDADES DO TERCEIRO SETOR

- 1. Setores da Economia
 - 1.1. Entidades do terceiro setor
- 2. Serviço Social Autônomo
- 3. Entidades de Apoio
- 4. Organizações Sociais (OS)
 - 4.1. Programa nacional de publicização (PNP)

5. Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP)
6. Organizações da sociedade civil (OSC)
 - 6.1. Do termo de colaboração, do termo de fomento e do acordo de cooperação
 - 6.2. Procedimento de manifestação de interesse social
 - 6.3. Chamamento público
 - 6.4. Dispensa e inexigibilidade do certame
 - 6.5. Organizações da sociedade civil - requisitos
 - 6.6. Formalização das parcerias
 - 6.7. Contratos firmados entre as organizações da sociedade civil e terceiros
 - 6.8. Liberação de recursos pelo ente estatal e aplicação dos mesmos
 - 6.9. Prestação de contas
 - 6.10. Responsabilização da organização da sociedade civil e aplicação de penalidades

BENS PÚBLICOS

1. Conceito
2. Competência para legislar
3. Classificação
4. Afetação e desafetação de bens públicos
5. Garantias
 - 5.1. Alienação de bens públicos
6. Utilização de bens públicos por particulares
 - 6.1. Consentimento estatal para utilização especial de bens públicos
7. Aquisição de bens – incorporação dos bens ao patrimônio público
 - 7.1. Aquisição contratual
 - 7.2. Aquisição legal ou por fenômenos da natureza
8. Bens em espécie